



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

RELATÓRIO MENSAL DE CONTROLE INTERNO
IPREJUN
FEVEREIRO/2026



Relatório Mensal de Controle Interno – FEVEREIRO/2026

Índice

1 – INTRODUÇÃO	3
2 – ÁREA DE BENEFÍCIOS	3
3 – FOLHA DE PAGAMENTO	5
3.1 – Folha de Pagamento Aposentados / Pensionistas	5
3.2 – Folha de Pagamento de Ativos do Instituto	6
3.3 – AUDESP Fase III Atos de Pessoal (Informações Mensais).....	7
3.4 – E-Social (Informações Mensais).....	8
3.5 – PROCEDIMENTOS FISCAIS – PAGAMENTO DO PASEP	8
4 – COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – COMPREV.....	8
5 – RECADASTRAMENTO/PROVA DE VIDA.....	10
6 - SETOR DE OUVIDORIA	10
7 - PROCESSOS DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....	11
7.1 – Compras Gerais (Pregões, Dispensas, Inexigibilidades e aditamentos).....	11
7.2 – Congressos.....	15
7.3 – Adiantamentos	17
7.4 – Credenciamentos.....	18
8 – INVESTIMENTOS	18
9 – CREDENCIAMENTOS	26
10 – REPASSES PREVIDENCIÁRIOS / MOVIMENTAÇÕES	27
11 – CONTABILIDADE.....	27
11.1 – AUDESP	28
11.2 – DCTFWeb e EFD-Reinf.....	28
11.3 – ORÇAMENTO	28
11.4 – SENTENÇAS DO TCE	30
11.5 – CÁLCULO ATUARIAL.....	30
12 - CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (CRP).....	31
13 – PRÓ-GESTÃO.....	31
14 - CONCLUSÃO.....	32
ANEXO I.....	35
ANEXO II.....	37



1 – INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta uma análise do Instituto de Previdência do Município de Jundiaí (IPREJUN), criado pela Lei 5.894, de 12 de setembro de 2002.

As análises refletem principalmente os acontecimentos do mês de FEVEREIRO de 2026 e abrangem as áreas de benefícios, folha de pagamento, Compensação Previdenciária - COMPREV, recadastramento e prova de vida, Setor de Ouvidoria, processos de compras e licitações, investimentos, credenciamentos, contabilidade, repasses previdenciários e movimentações, Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), Pró-Gestão, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos, dentre outros assuntos pertinentes ao Instituto no período.

Tendo como objetivo um controle mais próximo da concomitância, o relatório também contém dados e informações que contemplam o mês de março.

2 – ÁREA DE BENEFÍCIOS

Na **Área de Benefícios**, no mês de **FEVEREIRO**, foram concedidas **14** (quatorze) **novas aposentadorias**, sendo **6** (seis) aposentadorias por tempo de contribuição com paridade e integralidade, **2** (duas) aposentadorias por tempo de contribuição calculadas pela média, **3** (três) aposentadorias por idade, **2** (duas) por incapacidade permanente para o trabalho e **1** (uma) aposentadoria compulsória, conforme tabela abaixo:

Nº DO PROCESSO	CARGO	REGRA	PROPORÇÃO DO BENEFÍCIO
IPJ.0000857/2025	Agente de Fiscalização de Posturas Municipais	Art. 17 c/c art. 21, inciso I da LC nº 611/2021	integralidade



PMJ.0041146/2025	Cozinheira	Art. 11º c/c art. 13, § 9º da LC nº 611/2021	média
IPJ.0000815/2025	Assistente de Administração	Art. 17 c/c art. 21, inciso I da LC nº 611/2021	integralidade
IPJ.0000850/2025	Educador Infantil	Art. 40, § 1º, III, "b" da CF/88 com redação da EC nº 41/2003 c/c art. 11 da Lei nº. 5.894, de 12 de setembro de 2002	média
IPJ.0000711/2025	Agente de Serviços Operacionais	Art. 40, § 1º, III, "b" da CF/88 com redação da EC nº 41/2003 c/c art. 11 da Lei nº. 5.894, de 12 de setembro de 2002	média
IPJ.0000878/2025	Professor	Art. 6º c/c art. 13, § 1º da LC nº 611/2021	média
IPJ.0000831/2025	Cozinheira	Art. 6º c/c art. 13, § 1º da LC nº 611/2021	média
IPJ.0000661/2025	Professor	Art. 19 c/c art. 21, inciso II da LC nº 611/2021	média
IPJ.0000896/2025	Agente de Serviços Operacionais	Art. 16 c/c art. 20, inciso I da LC nº 611/2021	integralidade
IPJ.0000814/2025	Cozinheira	Art. 17 c/c art. 21, inciso I da LC nº 611/2021	integralidade
IPJ.0000809/2025	Médica	Art. 17 c/c art. 21, inciso I da LC nº 611/2021	integralidade
IPJ.0000737/2025	Professor Assistente	Art. 40, § 1º, III, "b" da CF/88 com redação da EC nº 41/2003 c/c art. 11 da Lei nº. 5.894, de 12 de setembro de 2002	média
IPJ.0000798/2025	Médica	Art. 17 c/c art. 21, inciso II da Lei nº 611/2021	média
IPJ.0000848/2025	Educador Infantil	Art. 17 c/c art. 21, inciso I da LC nº 611/2021	integralidade

Tabela: Benefícios concedidos – elaborado com base em dados da Diretoria de Benefícios e Folha de Pagamento.



No mês de **FEVEREIRO** não foram concedidos **benefícios de pensão por morte**.

A metodologia para análise da quantidade de benefícios é baseada no cruzamento de informações passadas pelo setor de benefícios e folha de pagamento. Após a comparação, é verificado se o número de benefícios foi postado corretamente no site do instituto. Em verificação ao mês de **FEVEREIRO** não foram encontradas divergências.

3 – FOLHA DE PAGAMENTO

3.1 – FOLHA DE PAGAMENTO APOSENTADOS / PENSIONISTAS

A folha de pagamento dos aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência de Jundiaí – IPREJUN conta neste mês de **FEVEREIRO** com **3.403** (três mil, quatrocentos e três) benefícios ativos, sendo **2.910** (dois mil, novecentos e dez) benefícios de aposentadoria e **493** (quatrocentos e noventa e três) benefícios de pensão por morte (dados do Microsoft ACCESS do IPREJUN), totalizando os valores conforme abaixo.

FEVEREIRO/ 2025 – FOLHA DE APOSENTADOS / PENSIONISTAS

TOTAL MENSAL BRUTO	TOTAL DE DESCONTOS (refere-se a tributações, convênios/consignados em geral, redutores constitucionais e pensões alimentícias)	TOTAL LÍQUIDO MENSAL
R\$ 39.194.484,07	R\$ 12.459.198,95	R\$ 26.735.285,12

Tabela – Folha de inativos - Elaborada pelo Controle Interno com base nos empenhos, arquivos bancários e dados do setor de Recursos Humanos.

Referente às quitações de benefícios a devolver ao IPREJUN temos:

Nº Processo SEI	Falecimento Ocorrido em	Valor a Restituir	Andamento dos Procedimentos de Cobrança
PMJ.0032361/2023	26/02/2025	R\$ 2.891,02	Filho da aposentada informou o óbito da segurada em 20/03/2025. Nesta ocasião foi informado sobre a devolução de valores recebidos a maior e se comprometeu a fazer a devolução após o



			inventário. Após provocação do Controle Interno, foi solicitado um documento comprobatório do compromisso firmado para pagamento após o inventário. E-mail foi enviado, no mês de maio, ao filho da falecida, mas não obtivemos retorno. Setor Folha de Pagamento foi informado e fará nova cobrança. Em junho, verificado o processo, foi realizada nova cobrança pelo setor de folha de pagamento em 26/06/2025. Em 09/09/2025, conforme informado pelo setor de folha de pagamento, houve contato telefônico com o filho da falecida e foi enviada carta registrada com ofício. Sem êxito para o recebimento o processo foi encaminhado para Procuradoria Jurídica do IPREJUN para providências cabíveis.
IPJ.0000550/2025	25/12/2024	R\$ 3.991,00	Criado processo SEI em 30/09/2025, e-mail de cobrança enviado. O sobrinho, herdeiro, segue aguardando finalização de inventário. Anexado ao processo ofício de cobrança enviado a casa da falecida. Ofício retornou sem a conformação de recebimento. Em 09/03/2026 o valor foi pago pelos herdeiros e após análise do Controle Interno foi encerrado.

Tabela – Quitações de benefícios

3.2 – FOLHA DE PAGAMENTO DE ATIVOS DO INSTITUTO

A **folha de pagamento de ativos** do IPREJUN conta neste mês de **FEVEREIRO** com **31 (trinta e um)** servidores, sendo **18 (dezoito)** estatutários, **5 (cinco)** cedidos pela Prefeitura Municipal de Jundiaí e Câmara Municipal de Jundiaí, **6 (seis)** comissionados e **2 (dois)** estagiários totalizando os valores conforme abaixo:

FEVEREIRO/2026 - FOLHA DE ATIVOS DO INSTITUTO		
TOTAL MENSAL BRUTO	TOTAL DE DESCONTOS (refere-se a tributações e convênios/consignados em geral)	TOTAL LÍQUIDO MENSAL
R\$ 289.570,73	R\$ 92.375,29	R\$ 197.195,44
FÉRIAS		
TOTAL BRUTO	TOTAL DE DESCONTOS	TOTAL LÍQUIDO
R\$ 2.232,79	R\$ 0,00 ¹	R\$ 2.232,79
FÉRIAS-PRÊMIO		
TOTAL BRUTO	TOTAL DE DESCONTOS	TOTAL LÍQUIDO
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Tabela – Folha de ativos - Elaborada pelo Controle Interno com base nos empenhos, arquivos bancários e dados do setor de Recursos Humanos.

¹ Não há descontos pois o valor pago é correspondente ao terço de férias somado a adiantamento do abono anual.



Em relação ao banco de horas, o resumo está sendo encaminhado mensalmente à diretoria administrativa via e-mail pela área responsável.

Conforme controles feitos pelo setor de Recursos Humanos, não houve ocorrências de pagamento acima do teto constitucional.

Não foi observado o pagamento de nenhuma hora-extra na folha de pagamento de ativos do Instituto, conforme declarado pelo setor de Recursos Humanos.

3.3 – AUDESP FASE III ATOS DE PESSOAL (INFORMAÇÕES MENSAIS)

No período de referência de **FEVEREIRO de 2026**, foram devidamente encaminhados, por meio do Sistema AUDESP – Fase III – Atos de Pessoal, os arquivos correspondentes a Atos Normativos, Cargos, Lotação de Agente Público, Resumo Mensal da Folha de Pagamento, Folha Ordinária e Pagamento da Folha Ordinária. Em **MARÇO**, foram entregues os Atos Normativos, Cargos, Lotação de Agente Público, Resumo Mensal da Folha de Pagamento, Folha Ordinária e Pagamento da Folha Ordinária todos dentro do prazo.



Situação de Entrega – Detalhamento

Relatório emitido em 24/03/2026

Município: Jundiaí
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE JUNDIAI-IPREJUN
Período: Fevereiro/2026 (Consulta por documentos entregues no mês)
Dados atualizados até 24/03/2026 03:30

Item de Prestação	Identificação	Prazo da Entrega	Data de Entrega	Entrega no Prazo
Atos Normativos	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Janeiro	05/02/2026	03/02/2026	Sim
Cargos	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Janeiro	10/02/2026	03/02/2026	Sim
Lotação Agente Público	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Janeiro	19/02/2026	03/02/2026	Sim
Resumo Mensal da Folha de Pagamento	Ano de Exercício: 2026 - Período: Janeiro	19/02/2026	04/02/2026	Sim
Resumo Mensal da Folha de Pagamento	Ano de Exercício: 2026 - Período: Fevereiro	16/03/2026	26/02/2026	Sim
Folha Ordinária	Ano de Exercício: 2026 - Período: Janeiro	19/02/2026	04/02/2026	Sim
Folha Ordinária	Ano de Exercício: 2026 - Período: Fevereiro	16/03/2026	26/02/2026	Sim
Pagamento de Folha Ordinária	Ano de Exercício: 2026 - Período: Janeiro	20/02/2026	04/02/2026	Sim
Pagamento de Folha Ordinária	Ano de Exercício: 2026 - Período: Fevereiro	20/03/2026	26/02/2026	Sim

Tabela – Situação de entrega – detalhamento para o mês de fevereiro de 2026



Município: Jundiaí
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAI-IPREJUN
Período: Março/2026 (Consulta por documentos entregues no mês)
Dados atualizados até 24/04/2026 03:33

Item de Prestação	Identificação	Prazo da Entrega	Data de Entrega	Entrega no Prazo
Atos Normativos	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Fevereiro	05/03/2026	02/03/2026	Sim
Cargos	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Fevereiro	10/03/2026	02/03/2026	Sim
Lotação Agente Público	Declaração Negativa - Ano Exercício: 2026 - Período: Fevereiro	16/03/2026	02/03/2026	Sim
Resumo Mensal da Folha de Pagamento	Ano de Exercício: 2026 - Período: Março	15/04/2026	26/03/2026	Sim
Folha Ordinária	Ano de Exercício: 2026 - Período: Março	15/04/2026	26/03/2026	Sim
Pagamento de Folha Ordinária	Ano de Exercício: 2026 - Período: Março	22/04/2026	26/03/2026	Sim

Tabela – Situação de entrega – detalhamento para o mês de março de 2026

3.4 – E-SOCIAL (INFORMAÇÕES MENSAIS)

As informações relativas à competência de **FEVEREIRO** foram conferidas com base nas planilhas constantes nas pastas do setor de Recursos Humanos e verificadas no sistema ASPPREV, por amostragem, não sendo identificadas inconsistências nas rotinas de envio de dados.

Os eventos conferidos por amostragem foram: S-2400 Cadastro de beneficiários – Entes Públicos (início), S – 2410 Cadastro de Benefícios – Entes públicos (início) e S – 2420 Cadastro de Benefícios – Entes Públicos – Término. Verificamos que todos os envios foram realizados.

3.5 – PROCEDIMENTOS FISCAIS – PAGAMENTO DO PASEP

Em relação aos procedimentos fiscais promovidos pela Receita Federal (RFB), relativos às competências de 2015 a 2019, os processos permanecem em análise junto à RFB, onde aguardam decisão em esfera administrativa. Ressaltamos que até a presente análise deste item, em 24/03/2026 os processos seguem em análise.

4 – COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – COMPREV



O relatório mensal de Compensação Previdenciária (COMPREV), referente à competência de **FEVEREIRO**, consolida os créditos, débitos e requerimentos processados entre o IPREJUN e o RGPS e RPPSs, conforme informações registradas no sistema Novo COMPREV.

Na relação com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o valor total líquido pago pelo RGPS ao IPREJUN foi de **R\$ 1.571.877,90** (um milhão, quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e noventa centavos). Em contrapartida, o valor total líquido pago pelo IPREJUN ao RGPS totalizou **R\$ 66.453,49** (sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e nove centavos). O saldo líquido a receber em favor do IPREJUN perfaz o montante de **R\$ 1.505.424,41** (um milhão, quinhentos e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e um centavos) , o qual foi creditado na conta corrente da autarquia em 08 de abril de 2026.

Em relação aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), destacam-se com saldos líquidos a receber superiores a R\$ 2.000,00 os seguintes entes: **SÃO PAULO (ESTADO)**, com saldo de **R\$ 186.337,57** (cento e oitenta e seis mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos); **MINAS GERAIS**, com **R\$ 8.111,04** (oito mil, cento e onze reais e quatro centavos); **CAJAMAR**, com **R\$ 7.961,00** (sete mil, novecentos e sessenta e um reais); **SÃO PAULO (CAPITAL)**, com **R\$ 6.282,82** (seis mil, duzentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos); **SANTOS**, com **R\$ 4.370,82** (quatro mil, trezentos e setenta reais e oitenta e dois centavos); **FRANCO DA ROCHA**, com **R\$ 2.912,42** (dois mil, novecentos e doze reais e quarenta e dois centavos) e **VÁRZEA PAULISTA**, com **R\$ 2.628,63** (dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e sessenta e três centavos).

Foram identificadas pendências administrativas caracterizadas por requerimentos em exigência para o IPREJUN junto ao **RGPS (37)** , ao **ESTADO SP (66)** , à **BRASOPOLIS (1)** e a **outros RPPS (6)**. Adicionalmente, registrou-se atraso no repasse do valor principal da competência por **ITAPEVA MG**, cujo crédito ocorreu apenas em 09 de abril de 2026, ensejando o pagamento de juros por atraso no dia 10 de abril de 2026.

Em relação à pendência de pagamento do RPPS de Itapeva MG, verificou-se que o saldo a receber no valor de **R\$ 382,84** (trezentos e oitenta e dois reais e



oitenta e quatro centavos), com vencimento em **08 de janeiro de 2026** referente a competência de **novembro de 2025**, e que estava em atraso, foi pago em **27 de março**, no montante de **R\$ 390,50 (trezentos e noventa reais e cinquenta centavos)** referente ao principal acrescido de juros.

As pendências identificadas permanecem sob acompanhamento técnico contínuo pelo setor responsável, até sua regularização no sistema Novo COMPREV.

Quanto à movimentação de novos benefícios, o sistema apontou **3 (três)** novos requerimentos concedidos pelo RGPS em favor do IPREJUN e **3 (três)** concedidos pelo IPREJUN em favor do RGPS. Também foram registradas **1 (uma)** nova concessão pelo regime de **MINAS GERAIS** em favor do IPREJUN e **1 (uma)** nova concessão pelo IPREJUN em favor de **CAMPINAS**.

Com base nos dados extraídos do documento de referência e das informações registradas no sistema Novo COMPREV, constata-se que as compensações previdenciárias relativas à competência de **FEVEREIRO de 2026** com crédito em conta corrente no mês de **ABRIL de 2026** encontram-se em conformidade com os procedimentos vigentes. Não obstante, estamos acompanhando as pendências de pagamento de **CAJAMAR** que ainda se encontra com pagamento em atraso relativo à competência de **NOVEMBRO de 2025**.

5 – RECADASTRAMENTO/PROVA DE VIDA

A partir do mês de **JANEIRO de 2026** com base em contrato realizado com a DATAPREV o instituto passou a utilizar o sistema **SIRC** para realização da prova de vida, sendo assim a prova de vida presencial e no E-GOV foi substituída por controles internos com base no referido sistema.

Em **FEVEREIRO**, recebemos informações do setor de Tecnologia da Informação do instituto que relatou a existência de 1 (um) óbito encontrado e que foi retirado da folha de pagamento.

6 - SETOR DE OUVIDORIA



Em **FEVEREIRO**, houve um benefício bloqueado devido a não realização do censo previdenciário. Posteriormente, o beneficiário regularizou a situação e houve o desbloqueio do benefício, conforme informações passadas pelo setor de Ouvidoria.

7 - PROCESSOS DE COMPRAS E LICITAÇÕES

O Controle Interno procedeu à verificação dos processos administrativos relacionados a compras, congressos e adiantamentos, com base nas informações encaminhadas pela área responsável e nos registros disponíveis no Sistema SEI para o mês de **FEVEREIRO**.

As análises contemplaram as fases processuais e o status de cada procedimento, com o objetivo de assegurar o devido acompanhamento e a conformidade dos trâmites administrativos.

7.1 – COMPRAS GERAIS (PREGÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES E ADITAMENTOS)

A tabela abaixo apresenta os processos administrativos relativos às compras e contratações gerais realizadas pelo IPREJUN, abrangendo pregões, dispensas, inexigibilidades e aditamentos, conforme procedimentos previstos na legislação aplicável.

Nº do Processo	Objeto Contratado	Fase Atual	Status
IPJ.0000013/2023	Prestação de Serviços Contínuos de Controle de Acesso para Sede do IPREJUN	Pesquisa de preços para verificação da vantajosidade do aditamento	Em andamento



IPJ.000034/2025	Contratação de serviços de agente de integração para fins de concessão de estagiários	Parecer jurídico	Em andamento
IPJ.000089/2025	Contratação de serviços de capacitação continuada especializada aos servidores vinculados ao RPPS.	Empenho da despesa	Em andamento
IPJ.0000478/2025	Contratação de empresa para análise de dados enviados ao AUDESP/Subsídio ao Controle Interno.	Após análise do Controle Interno – Suplência o processo está em conformidade	Encerrado
IPJ.0000652/2025	Aquisição de itens de informática	Chegou ao Controle e foi dispensado de análise com base no Plano Operativo Anual do Controle Interno para 2026	Encerrado
IPJ.0000696/2025 migrado: IPJ.00324/2022	Renovação contratual de serviços de locação de sistema integrado de Gestão Previdenciária, adequado para rotinas específicas de Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	Enviado ao Controle Interno e aguarda análise	Em andamento
IPJ.0000712/2023	Serviços de consultoria técnica especializada nas áreas contábil e administrativa para Regimes Próprios de Previdência Social.	Processo encaminhado ao Controle Interno e aguarda análise	Em andamento

IPJ.0000785/2025 migrado: IPJ.00486/2022	3º adendo contratual - Prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação com o fornecimento de módulos do SIIM – Sistema Integrado de Informações Municipais	Aguarda análise do Controle Interno	Em andamento
IPJ.0000806/2025	Contratação de serviços técnicos especializados de Auditoria Independente	Aguarda análise do Controle Interno	Em andamento
IPJ.0000840/2025 Migrado: IPJ.000527/2022	Contratação de prestação de serviços para a realização de perícias médicas e serviços correlatos	Processo retornou ao Controle Interno e aguarda análise	Em andamento
IPJ.000851/2025	Compra anual	Liquidação da Despesa	Em andamento
IPJ.0000869/2025 Migrado: IPJ.00111/2022	Contratação de serviços para a reformulação de layout e manutenção do site do IPREJUN.	Empenho da despesa	Em andamento
IPJ.0000907/2025	Contratação de serviços bancários de custódia de títulos e valores para IPREJUN no exercício de 2026	Chegou ao Controle. Contudo estava sem parecer jurídico e foi encaminhado para Procuradoria	Em andamento



IPJ.0000912/2025	Contratação de fornecimento de Energia Elétrica para a Sede do IPREJUN	Empenho da despesa	Em andamento
IPJ.0000915/2025 Migrado: IPJ.0000332/2021	Serviços de custódia qualificada e controladoria de títulos e valores mobiliários	Processo chegou ao Controle Interno e aguarda análise	Em andamento
IPJ.0000010/2026	Aquisição de Certificado Digital e-CPF, e-CNPJ e Leitoras	Chegou ao Controle e foi dispensado de análise com base no Plano Operativo Anual do Controle Interno para 2026	Encerrado
IPJ.0000028/2026	Contratação de serviços de fornecimento de coffee break	Adjudicação e Homologação	Em andamento
IPJ.0000043/2026	Contratação de serviços de manutenção preventiva nos aparelhos resfriadores e condicionadores de ar	Adjudicação e Homologação	Em andamento
IPJ.0000044/2026	Contratação de serviços bancários e pagamento de suas respectivas tarifas no ano de 2026	Aguarda análise do Controle Interno	Em andamento
IPJ.0000127/2026	Aquisição Purificadores de Água	Empenho da despesa	Em andamento



IPJ.0000133/2026	Aquisição de HD para Backup	Elaboração do Termo de Referência	Em andamento
IPJ.0000201/2026	Contratação de ginástica laboral para servidores do IPREJUN	Aguardando parecer jurídico	Em andamento
IPJ.0000212/2026	Manutenção preventiva e corretiva no elevador da sede do IPREJUN	Pesquisa de preços para verificação da vantajosidade do aditamento	Em andamento
IPJ.0000240/2026	Renovação da Certificação Profissional para Servidores e Conselheiros	Em fase de empenho da despesa	Em andamento
IPJ.0000242/2026	Contratação de serviços de manutenção em extintores e mangueiras de combate a incêndio.	Elaboração do Termo de Referência	Em andamento
IPJ.0000273/2026	Contratação Empresa Especializada Desinsetização e Desratização	Documento de Oficialização da Demanda	Em andamento

Tabela – Processos SEI - pregões, dispensas, inexigibilidade e aditamentos

7.2 – CONGRESSOS

A seguir, são apresentados os processos referentes às despesas com inscrições em congressos, passagens aéreas, hospedagens e translados, devidamente instruídos e acompanhados segundo os procedimentos de compras e contratações públicas.



**8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS, a ser realizado em
FLORIANÓPOLIS/SC, de 04 a 06 de março de 2026, pela ABIPEM**

Nº do Processo	Objeto Contratado	Fase Atual	Status
IPJ.0000928/2025	Inscrições para o Congresso	Processo em análise pelo Controle Interno	Em andamento
IPJ.0000929/2025	Hospedagem	Após análise do Controle Interno e constatação de conformidade, o processo foi encerrado	Encerrado
IPJ.0000930/2025	Passagens aéreas	Após análise do Controle Interno e constatação de conformidade, o processo foi encerrado	Encerrado
IPJ.0000931/2025	Translado ida e volta do aeroporto	Chegou ao Controle e foi dispensado de análise com base no Plano Operativo Anual do Controle Interno para 2026	Encerrado

22º Congresso Estadual de Previdência, a ser realizado em Campos do Jordão/SP, de 08 a 10 de abril de 2026, pela APEPREM

IPJ.0000112/2026	Inscrições para o Congresso	Empenho da despesa	Em andamento
IPJ.0000114/2026	Hospedagem	Aguardando a realização do evento para inclusão dos certificados de participação	Em andamento
IPJ.0000115/2026	Transporte ida e volta	Empenho da despesa	Em andamento

Tabela – Processos SEI relacionados a congressos.



Em relação a congressos, também temos dois processos de ressarcimento ao IPREJUN por membros do Conselho Deliberativo a saber:

- **IPJ.0000900/2025:** Acordo de ressarcimento firmado com membro do Conselho Deliberativo referente à desistência do 13º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS. A última parcela foi quitada em 31/03/2026. Após a análise do Controle Interno e estando em conformidade com o **Ato Normativo nº 04, de 28 de fevereiro de 2025**, o processo foi encerrado.
- **IPJ.0000080/2026:** Trata-se de solicitação de ressarcimento de despesas referentes à participação de membro do Conselho Deliberativo no 13º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS. Após emissão de parecer jurídico, a Procuradoria entendeu, nos moldes do que ficou registrado em Ata de Reunião Ordinária nº02/2026 do Conselho Deliberativo de 26/02/2026, que deve ser dado prazo para manifestação do servidor. Um ofício foi enviado e o instituto aguarda retorno.

7.3 – ADIANTAMENTOS

A tabela abaixo apresenta os processos de adiantamento de recursos destinados a servidores do instituto, conselheiros ou utilizados para pequenas aquisições e contratações emergenciais de materiais ou serviços necessários ao IPREJUN.

Nº do Processo	Objeto Contratado	Fase Atual	Status
IPJ.0000830/2025	Adiantamento para utilização no IPREJUN e em Congressos, Cursos e Eventos	Aguardando assinatura de relatório de participação	Em andamento
IPJ.0000007/2026	Adiantamento para utilização no IPREJUN e em	Aguarda análise do Controle Interno	Em andamento

Congressos, Cursos e
Eventos

IPJ.0000190/2026	Adiantamento para utilização no IPREJUN e em Congressos, Cursos e Eventos	Em utilização	Em andamento
-------------------------	---	---------------	--------------

Tabela – Processos SEI de adiantamentos em aberto.

7.4 – CREDENCIAMENTOS

A tabela abaixo apresenta os processos de credenciamento de empresas para venda de passagens aéreas ao IPREJUN em conformidade com o Edital nº 2/2025.

Nº do Processo	Objeto Contratado	Fase Atual	Status
IPJ.0000170/2026	Credenciamento para compra de passagens aéreas	Em fase de habilitação	Em andamento

Tabela – Processos SEI relacionados a credenciamentos para compra de passagens aéreas

8 – INVESTIMENTOS

Os investimentos do IPREJUN referentes ao mês de **FEVEREIRO de 2025**, estão em conformidade com a Resolução CMN nº 5272 de 18 de dezembro de 2025 e com a Política de Investimentos vigente. Conforme verificado no Relatório Mensal de Investimentos disponibilizado no site do IPREJUN, observa-se aderência às diretrizes de alocação permitida, observância aos critérios de diversificação, atendimento aos limites de risco e adequado enquadramento legal aplicável ao período.

Devido as alterações provocadas pela Resolução CMN nº 5.272/2025 os envios do DAIR de fevereiro e março foram temporariamente suspensos para adequação a nova resolução. Os prazos finais para envio dos DAIR da competência fevereiro e



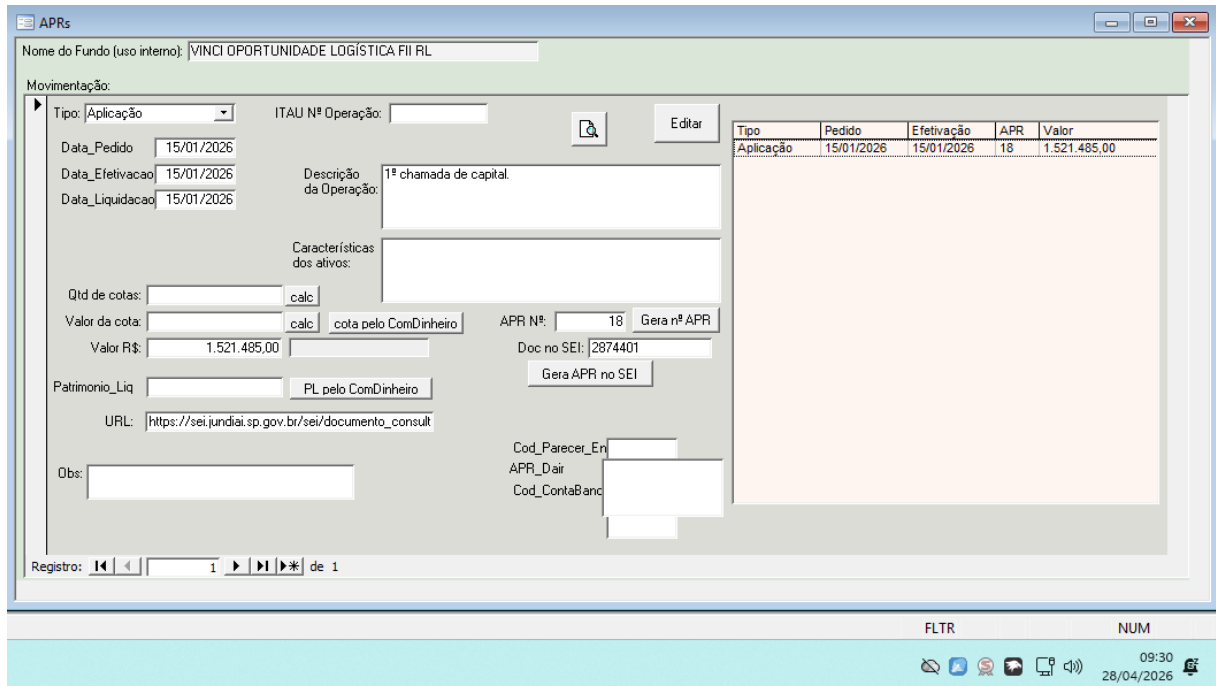
março são respectivamente 30/04 e 31/05. Em abril foi possível a emissão do demonstrativo de fevereiro que segue abaixo.

Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos																	
Exercício	Mês	Finalidade do DAIR	Data de Posição	Data de Envio	Consultar Notificações / Irregularidades	Mostrar Irregularidades?	Assinatura Digital	Detalhar Assinaturas	Gerar Declaração de Veracidade	Enviar Declaração de Veracidade Digitalizada	Consultar Declarações de Veracidade Digitalizadas	Retificação	Imprimir DAIR PDF	Imprimir APRs PDF	Baixar XML	Acessar DAIR	Retificar
2026	Fevereiro	DAIR - Encerramento do Mês	28/02/2026	17/04/2026 09:52:12								Não					

Figura – DAIR referente ao mês de fevereiro de 2026

Abaixo, apresenta-se a análise das informações constantes nas Atas do Comitê de Investimentos nº 233ª a 248ª (análise até 24/03/2026). As atas não citadas nominalmente são aquelas que não registraram deliberações expressas de investimentos ou desinvestimentos.

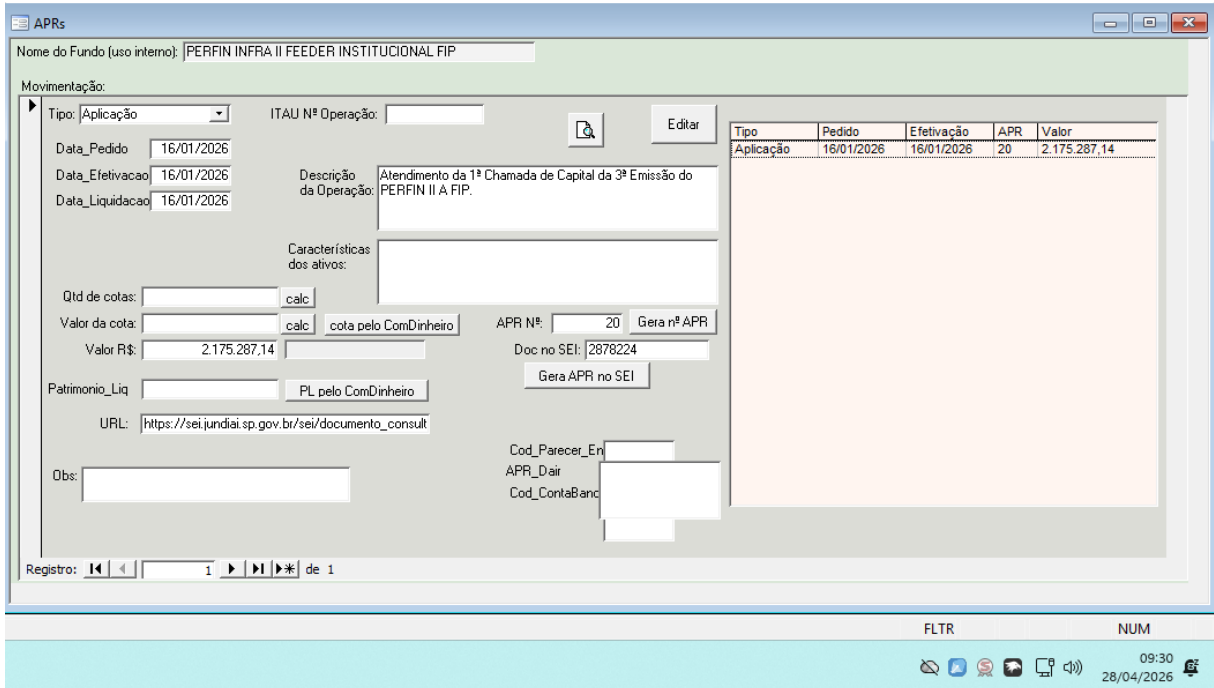
Na ata do Comitê de investimentos referente a 233ª reunião ordinária, realizada em 19 de agosto de 2025, verificou-se que foi deliberada a aplicação de até **R\$ 10.000.000** (dez milhões de reais) no **FUNDO IMOBILIÁRIO VINCI OPORTUNIDADES LOGÍSTICAS** (CNPJ 57.909.000/0001-26). Ocorreu o credenciamento do fundo e de suas instituições relacionadas. Houve a 1ª chamada de capital em 15 de janeiro de 2026, verificamos que houve a Autorização de Aplicação e Resgate (APR) nº 18/2026 - no valor de **R\$ 1.521.485,00** (um milhão, quinhentos e vinte um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) conforme figura abaixo. Não houve mais chamadas de capital até a presente data desta verificação, 28 de abril de 2026.



Tipo	Pedido	Efetivação	APR	Valor
Aplicação	15/01/2026	15/01/2026	18	1.521.485,00

Figura – Captura de tela do sistema de informações ACCESS do IPREJUN - FUNDO IMOBILIÁRIO VINCI OPORTUNIDADES LOGÍSTICAS

Na ata do Comitê de investimentos referente a 235ª reunião ordinária, realizada em 16 de setembro de 2025, verificou-se que foi deliberada a aplicação de até **R\$ 10.000.000** (dez milhões de reais) no **FUNDO PERFIN INFRA II FEEDER INSTITUCIONAL FIP** (CNPJ: 53.372.547/0001-84). Ocorreu o credenciamento do fundo e de suas instituições relacionadas. Houve a 1º chamada de capital em 16 de janeiro de 2026. Verificamos que houve a emissão da APR – nº 20/2026 – no valor de **R\$ 2.175.287,14** (dois milhões, cento e setenta e cinco mil, duzentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos), conforme figura abaixo. Não houve mais chamadas de capital até a presente data desta verificação, 28 de abril de 2026.



Nome do Fundo (uso interno): PERFIN INFRA II FEEDER INSTITUCIONAL FIP

Movimentação:

Tipo: Aplicação ITAU Nº Operação: [] Editar

Data_Pedido: 16/01/2026
Data_Efetivacao: 16/01/2026
Data_Liquidacao: 16/01/2026

Descrição da Operação: Atendimento da 1ª Chamada de Capital da 3ª Emissão do PERFIN II A FIP.

Características dos ativos:

Qtde de cotas: [] calc
Valor da cota: [] calc cota pelo ComDinheiro APR Nº: 20 Gera nº APR
Valor R\$: 2.175.287,14 Doc no SEI: 2878224
Patrimonio_Liq: [] PL pelo ComDinheiro Gera APR no SEI
URL: https://sei.jundiai.sp.gov.br/sei/documento_consult

Obs: []
Cod_Parecer_En: []
APR_Dair: []
Cod_ContaBanc: []

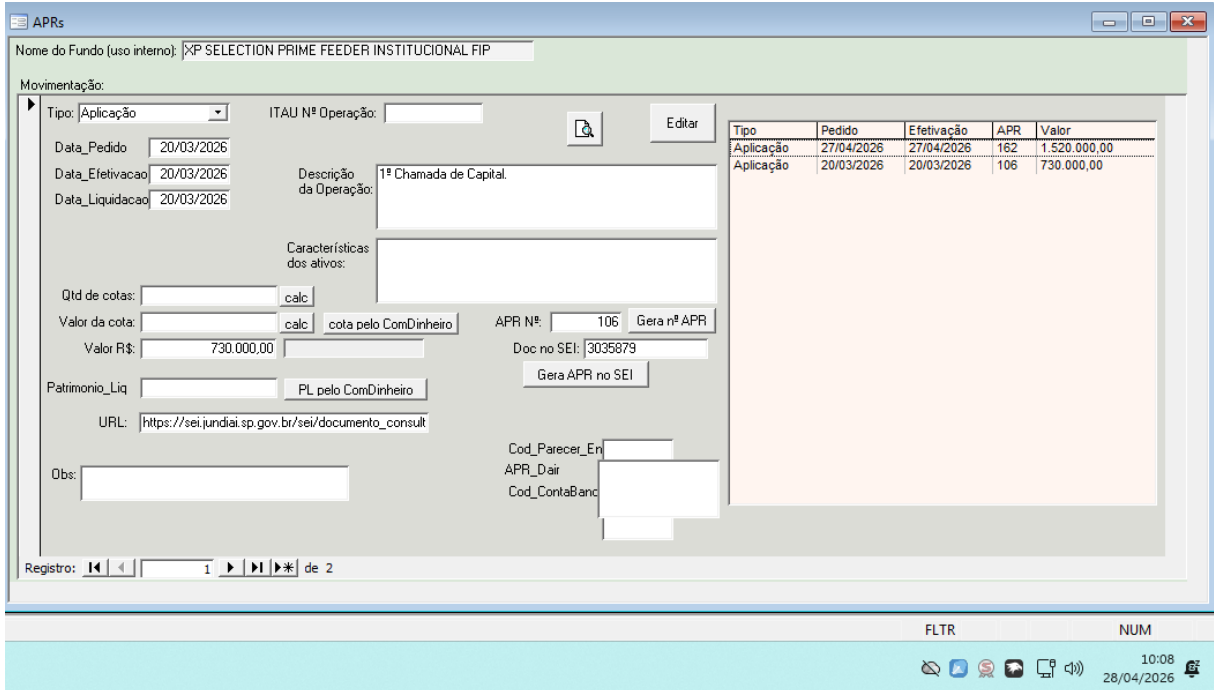
Tipo	Pedido	Efetivação	APR	Valor
Aplicação	16/01/2026	16/01/2026	20	2.175.287,14

Registro: 1 de 1

FLTR NUM 09:30 28/04/2026

Figura – Captura de tela do sistema de informações ACCESS do IPREJUN - FUNDO PERFIN INFRA II FEEDER INSTITUCIONAL FIP

Na ata do Comitê de investimentos referente a 235ª reunião ordinária, realizada em 16 de setembro de 2025, verificou-se que foi deliberada a aplicação de até **R\$ 25.000.000** (vinte e cinco milhões de reais) no **VINCI STRATEGIC PARTINERS II FIP MULTIESTRATÉGIA** (CNPJ: 56.848.636/0001-42). O fundo e as instituições relacionadas a ele foram credenciados. Houve 1ª chamada de capital em 20 de abril de 2026. Verificamos que houve a respectiva emissão da APR nº 137/2026 no valor de **R\$ 1.634.530,11** (um milhão, seiscentos e trinta e quatro mil, quinhentos e trinta reais e onze centavos) conforme figura abaixo.



Nome do Fundo (uso interno): XP SELECTION PRIME FEEDER INSTITUCIONAL FIP

Movimentação:

Tipo: Aplicação ITAU Nº Operação: [] [] Editar

Data_Pedido: 20/03/2026

Data_Efetivacao: 20/03/2026

Data_Liquidacao: 20/03/2026

Descrição da Operação: 1ª Chamada de Capital.

Características dos ativos:

Qtde de cotas: [] calc

Valor da cota: [] calc cota pelo ComDinheiro

Valor R\$: 730.000,00

Patrimonio_Liq: [] PL pelo ComDinheiro

URL: https://sei.jundiai.sp.gov.br/sei/documento_consult

Obs: []

APR Nº: 106 Gera nº APR

Doc no SEI: 3035879

Gera APR no SEI

Cod_Parecer_En []

APR_Dair []

Cod_ContaBanc []

Tipo	Pedido	Efetivação	APR	Valor
Aplicação	27/04/2026	27/04/2026	162	1.520.000,00
Aplicação	20/03/2026	20/03/2026	106	730.000,00

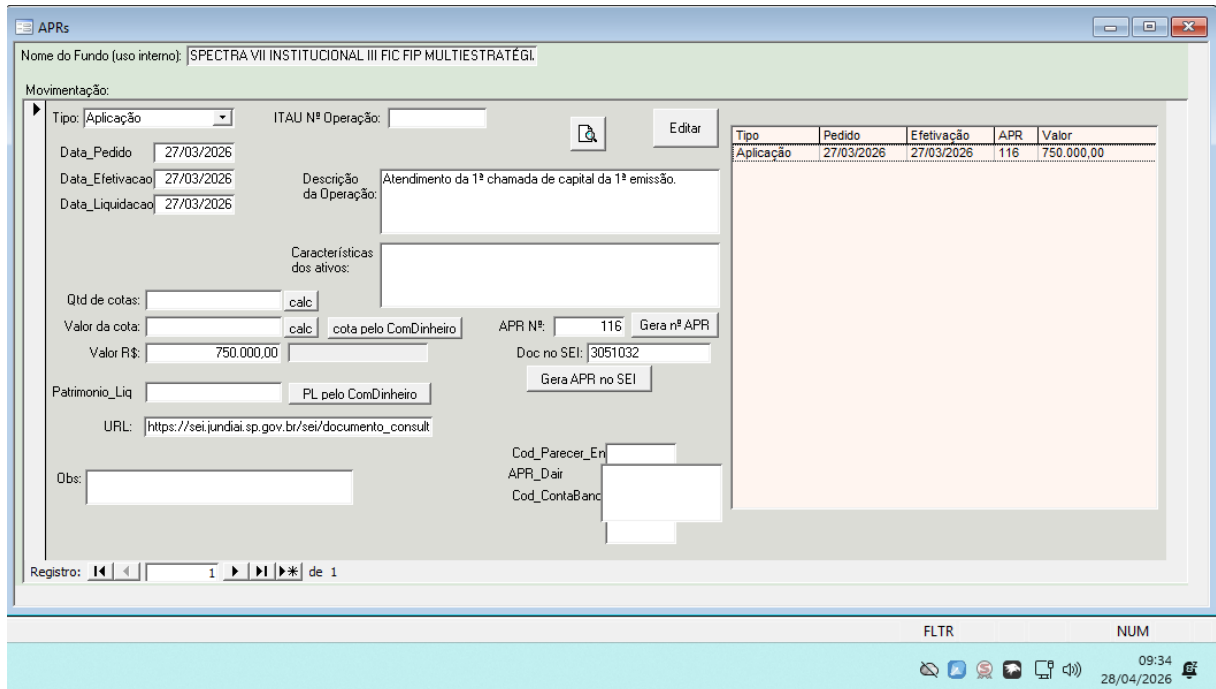
Registro: 1 de 2

FLTR NUM

10:08
28/04/2026

Figura – Captura de tela do sistema de informações ACCESS do IPREJUN fundo XP SELECTION PRIME FEEDER INSTITUCIONAL FIP

Na ata do Comitê de investimentos referente a 238ª reunião ordinária, realizada em 28 de outubro de 2025, verificou-se que foi deliberada a aplicação de até **R\$ 10.000.000** (dez milhões de reais) no **KINEA DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO II FII – COTA B – KDLG11** (CNPJ 59.436.431/0001-48). O fundo e as instituições relacionadas a ele estão credenciados, conforme verificado no sistema ACCESS. Até a data de realização desta verificação, 28 de abril de 2026, não houve emissão da APR, pois não houve chamada de capital.



Nome do Fundo (uso interno): SPECTRA VII INSTITUCIONAL III FIC FIP MULTISTRATÉGIA RL

Movimentação:

Tipo: Aplicação ITAU Nº Operação: [] Editar

Data_Pedido: 27/03/2026
Data_Efetivacao: 27/03/2026
Data_Liquidacao: 27/03/2026

Descrição da Operação: Atendimento da 1ª chamada de capital da 1ª emissão.

Características dos ativos:

Qtde de cotas: [] calc.
Valor da cota: [] calc. [] cota pelo ComDinheiro
Valor R\$: 750.000,00

Patrimonio_Liq: [] PL pelo ComDinheiro

URL: https://sei.jundiai.sp.gov.br/sei/documento_consult

Obs: []

APR Nº: 116 Gera nº APR
Doc no SEI: 3051032 Gera APR no SEI

Cod_Parecer_En []
APR_Dair []
Cod_ContaBanc []

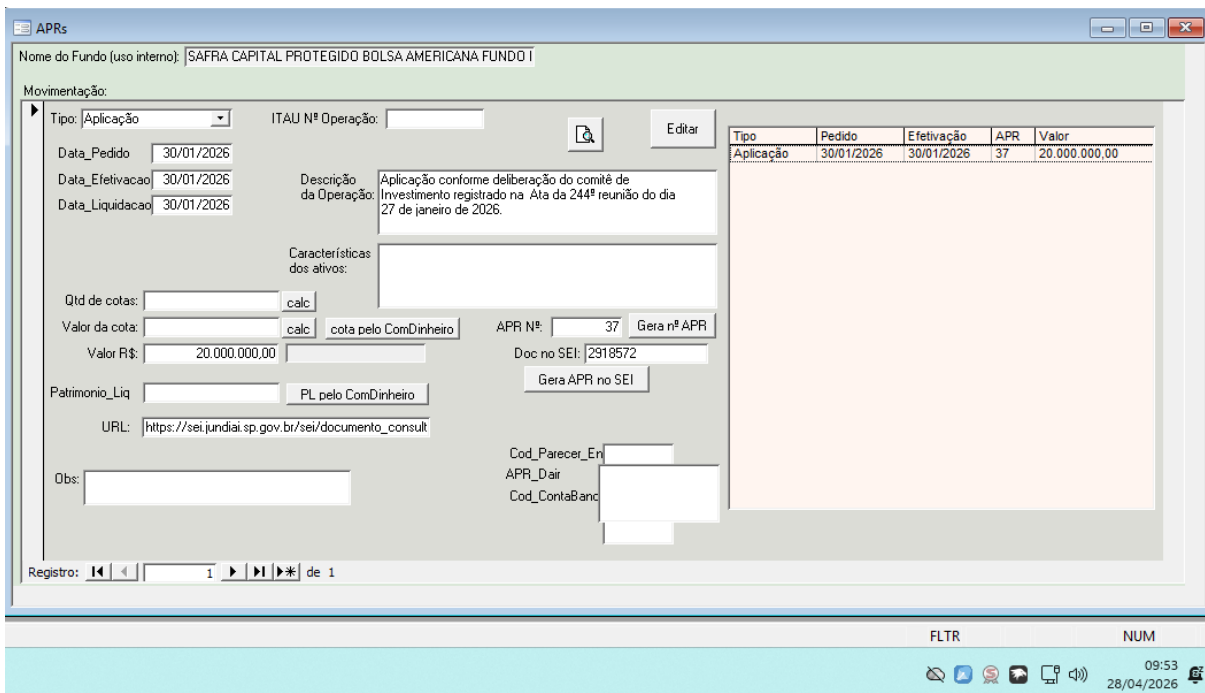
Tipo	Pedido	Efetivação	APR	Valor
Aplicação	27/03/2026	27/03/2026	116	750.000,00

Registro: 1 de 1

FLTR NUM 09:34 28/04/2026

Figura - Captura de tela do sistema de informações ACCESS do IPREJUN fundo SPECTRA VII INSTITUCIONAL III FIC FIP Multiestratégia RL

Na ata do Comitê de investimentos referente a 244ª reunião ordinária, realizada em 27 de janeiro de 2026, verificou-se que foi deliberada a aplicação de **R\$ 20.000.000** (vinte milhões de reais) no fundo **SAFRA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA AMERICANA FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO** (CNPJ 44.615.439/0001-02). Verificamos que houve credenciamento do fundo e de suas instituições relacionadas (gestor, administrador, distribuidor e custodiante). Ocorreu emissão de Autorização de Aplicação e Resgate (APR) - nº 37 em 30/01/2026 no valor de **R\$ 20.000.000,00** (vinte milhões de reais), conforme figura abaixo.



Nome do Fundo (uso interno): SAFRA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA AMERICANA FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO

Movimentação:

Tipo: Aplicação ITAU Nº Operação: [] [] Editar

Data_Pedido: 30/01/2026
Data_Efetivacao: 30/01/2026
Data_Liquidacao: 30/01/2026

Descrição da Operação: Aplicação conforme deliberação do comitê de Investimento registrado na Ata da 244ª reunião do dia 27 de janeiro de 2026.

Características dos ativos:

Qtz de cotas: [] calc
Valor da cota: [] calc cota pelo ComDinheiro
Valor R\$: 20.000.000,00
Patrimonio_Liq: [] PL pelo ComDinheiro

URL: https://sei.jundiai.sp.gov.br/sei/documento_consult

Obs: []

APR Nº: 37 Gera nº APR
Doc no SEI: 2918572 Gera APR no SEI

Cod_Parecer_En []
APR_Dair []
Cod_ContaBanc []

Tipo	Pedido	Efetivação	APR	Valor
Aplicação	30/01/2026	30/01/2026	37	20.000.000,00

Registro: 1 de 1

FLTR NUM 09:53 28/04/2026

Figura – Captura de tela do sistema de informações ACCESS do IPREJUN fundo SAFRA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA AMERICANA FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO

Os fundos e instituições vinculados às aplicações financeiras do Instituto — incluindo gestores, administradores, distribuidores e custodiantes — encontram-se devidamente credenciados conforme a Portaria MTP nº 1.467/2022 e os atos normativos internos do IPREJUN. Destaca-se que todas essas instituições receberam **parecer favorável do setor de Compliance**, que realiza avaliação criteriosa sobre regularidade, habilitação técnica e conformidade institucional antes do início de quaisquer operações financeiras.

O parecer referente aos relatórios de acompanhamento de rentabilidade e risco de **FEVEREIRO de 2026** emitido pelo Comitê de Investimentos seguem anexos a este relatório (**Anexo I**) e podem ser consultados da Reunião Ordinária nº 247 do Comitê de Investimentos, de 13 de fevereiro de 2026 por meio do link: https://iprejun.sp.gov.br/S/arquivos/Atas/Comite_Invest/Ata_ComiteInvest_O_247.pdf.

9 – CREDENCIAMENTOS

Até o presente momento, a verificação dos investimentos (referentes apenas ao item "Investimentos" deste relatório) confirmou que algumas APRs dos fundos já



deliberados pelo Comitê de Investimentos existem e estão publicadas no site do IPREJUN. Adicionalmente, as Instituições Financeiras relacionadas a esses mesmos fundos estão devidamente credenciadas, com os respectivos credenciamentos também publicados no site. Ressalta-se, contudo, que alguns fundos ainda não possuem APRs devido à ausência de chamada de capital, o que significa que o investimento ainda não foi efetivado. Portanto, o monitoramento desses fundos será continuado até que as APRs sejam geradas e o capital seja investido ou exista decisão formal do Comitê declinando dos investimentos.

10 – REPASSES PREVIDENCIÁRIOS / MOVIMENTAÇÕES

O relatório de movimentação financeira de **FEVEREIRO** de 2025 segue anexo a este relatório (**Anexo II**).

Todas as contribuições foram depositadas e os parcelamentos devidos foram recebidos no mês de **FEVEREIRO**, conforme registrado em **ata 03/2026** do Conselho Deliberativo, de 26 de março de 2025, que pode ser consultada por meio do link: https://iprejun.sp.gov.br/S/arquivos/Atas/Cons_Delib/Ata_ConsDelib_O_03-2026.pdf

É possível verificar também, no tocante aos parcelamentos e empréstimo, que estes vem sendo pagos conforme anexos constantes do processo **PMJ.0027514/2024**. Após as análises realizadas em **FEVEREIRO**, verificou-se que não constam atrasos nos repasses de contribuições e parcelamentos ao RPPS durante o referido exercício.

11 – CONTABILIDADE

Com base no relatório de **FEVEREIRO do sistema METABIT** não observamos pontos de atenção relevantes no momento. Observamos que as receitas arrecadadas e despesas realizadas encontram-se dentro do previsto, as transferências financeiras trazidas pelo relatório batem com os controles da folha e com o informado mensalmente pela Tesouraria. Adicionalmente, confirmamos que as obrigações no sistema AUDESP foram entregues no prazo.



11.1 – AUDESP

Em análise das entregas concernentes ao calendário AUDESP, verificamos que, a entrega do documento “**Termo de Consentimento de Acesso a Contas Bancárias**”, que deveria ter sido entregue até 31/03/2026, foi aparentemente entregue em atraso na data de 17/04/2026. O setor responsável justificou que por um operacional (erro de digitação) no momento do envio foi colocada a data do arquivo como 12/2026 quando o correto seria 12/2025 desta forma o documento constou como não entregue, em que pese tenha sido entregue dentro do prazo. Por conta disto, foi aberto chamado no sistema AUDESP, o qual retornou com a impossibilidade da alteração que causou o envio em atraso. Diante disso, foi necessário o reenvio do arquivo que foi feito em 17/04/2026.

11.2 – DCTFWEB E EFD-REINF

Quanto à prestação de informações das contribuições previdenciárias do INSS retida dos comissionados e de notas fiscais de prestação de serviços mensais informamos a entrega da declaração, referente à competência de **MARÇO de 2026**, em **15/04/2026**, dentro do prazo. A declaração de fevereiro também foi entregue no prazo, conforme relatada no relatório do Controle Interno do mês anterior.

11.3 – ORÇAMENTO

No que se refere ao controle orçamentário, a análise das receitas e despesas não identificou variações que indiquem risco ou necessidade de intervenção. Contudo, em **FEVEREIRO**, verificamos variação aparentemente abaixo do esperado para as seguintes receitas:

- 121.501.110.306.003 – Contribuições do servidor ativo civil – IPREJUN;
- 121.501.110.306.005 - Contribuições do servidor ativo civil – ESEF;
- 121.501.110.306.006 - Contribuições do servidor ativo civil – FUMAS;



- 121.502.110.306.002 - Contribuições patronal do servidor ativo civil – RPPS – IPREJUN;
- 199.901.010.306.001 – Contribuição Previdenciária Para Amortização do Déficit Atuarial – Alíquota Suplementar – IPREJUN;
- 761.150.110.306.002 – Taxa Administrativa RPPS – CMJ;
- 761.150.110.306.003 – Taxa Administrativa RPPS – TVE.

Após solicitação de justificativa, a contabilidade esclareceu que em relação a Contribuições do servidor ativo civil – IPREJUN, Contribuições patronal do servidor ativo civil – RPPS – IPREJUN, Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit atuarial – Alíquota Suplementar – IPREJUN e Contribuições do servidor ativo civil – ESEF houve pagamento antecipado em dezembro e que constou no orçamento de 2025 por isso a receita consta abaixo do esperado em primeira análise, mas está sendo arrecadada de forma regular.

Em relação a Contribuições do servidor ativo civil – FUMAS esclareceu esta, a título de receita, não existia em janeiro pois a Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS) foi incorporada à prefeitura ano passado por isso para o ano de 2026 o orçado não apareceu no mês de janeiro e no mês de fevereiro apresentou-se zerado. Contudo, devido ao pagamento em atraso da competência dezembro de 2025, em fevereiro ocorreu o lançamento de **R\$ 102.280,12** (cento e dois mil, duzentos e oitenta reais e doze centavos).

No que tange à taxa administrativa RPPS – CMJ e taxa administrativa RPPS – TVE nos foi justificado que as receitas estão sendo arrecadas normalmente, ocorre que no momento de elaboração do orçamento havia discussão sobre a queda da taxa de administração de 0,65% para 0,33%. A Lei Complementar nº 611/2021 trazia como taxa de administração para 2026 o percentual de 1,3%. O ajuste, por parte do Município, para o valor orçado dessas receitas, aparentemente não ocorreu no percentual correto, o que justifica seu percentual baixo em relação ao valor orçado.

Por fim, destaca-se que em análise da despesa de **FEVEREIRO** de 2026 não foram encontradas despesas com variações significativas que justifiquem alerta à gestão.



11.4 – SENTENÇAS DO TCE

Em **JANEIRO de 2026** recebemos o Relatório de Fiscalização do TCE das contas de 2024 (TC-002437.989.24). O Instituto protocolou a defesa ao final do mês de **JANEIRO**. O relatório de fiscalização do TCE está disponível no site do IPREJUN e pode ser acessado pelo link: <https://iprejun.sp.gov.br/N/arquivos/diversos/1769615580.pdf>.

Em 26 de **JANEIRO** recebemos a Requisição de Documentos no 05/2026-RGS referentes a aposentadorias, pensões e apostilas retificadoras datadas de 2025. Os documentos foram enviados ao Tribunal no dia 19 de fevereiro. Ainda em **FEVEREIRO** recebemos a sentença das contas do IPREJUN de 2023 que julgou as contas **regulares com ressalvas**. A sentença foi encaminhada a Diretoria Executiva e publicada no site do instituto.

Em 08 de **ABRIL** recebemos a Requisição de Documentos número 22/2026 referente a documentos e informações sobre atos de pessoal. Os documentos solicitados foram enviados ao TCE-SP em 17 de abril.

11.5 – CÁLCULO ATUARIAL

No início do mês de **JANEIRO de 2026**, foi recebido pelo IPREJUN o relatório das provisões matemáticas relativas à data-base de 31/12/2025 deste RPPS, para fins de escrituração contábil, já em consonância com as disposições da Portaria nº 1.467/2022, mais especificamente o art. 26, VI e o seu § 3º. Também foram recebidas as projeções atuariais para o preenchimento do ANEXO X do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). As projeções foram remetidas à Prefeitura de Jundiaí.

No mês de **MARÇO**, o relatório de Avaliação Atuarial 2026 (ano-base 2025) foi entregue pela LUMENS.



12 - CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (CRP)

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) que atesta, na forma do disposto no Art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que o município está cumprindo as regras e critérios legais para a gestão do seu Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Em 26/12/2025 o CRP foi renovado e emitido administrativamente sob o nº 986619 – 250058 com **validade até 24/06/2026**

(consulta disponível em:

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml>)



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Jundiaí UF: SP
CNPJ Principal: 45.780.103/0001-50

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA N.º 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 26/12/2025
VÁLIDO ATÉ 24/06/2026

N.º 986619 -
250058

13 – PRÓ-GESTÃO

No mês de **FEVEREIRO** de 2026, enviamos o processo de auditoria do programa Pró-Gestão para as unidades do Conselho Deliberativo e Presidência para



ciência e ajustes, se o caso. No mês de **MARÇO**, será realizada a primeira auditoria de supervisão pelo Instituto Totum.

No dia 26 de **MARÇO**, foi apresentado ao Conselho Deliberativo o resultado da auditoria realizada pelo Controle Interno acerca do programa Pró-gestão. As sugestões do Controle Interno foram seguidas pela Diretoria Executiva.

Nos dias 30 e 31 de **MARÇO** recebemos a visita de auditor do Instituto Totum para realização de 1º auditoria de supervisão da certificação do pró-gestão no nível IV, após a renovação da certificação em 14 de abril de 2025. Após a auditoria, foi verificado que o instituto atingiu 100% das ações do programa.

14 - CONCLUSÃO

Foram analisadas as evidências disponibilizadas pelas diversas áreas, as informações publicadas no site do IPREJUN, as informações presentes nas atas de reuniões dos conselhos e comitê de investimentos, as informações obtidas por meio do diálogo mantido com cada setor do instituto durante a realização deste relatório. Com base no escopo analisado e nas observações feitas no corpo deste relatório, não foram identificadas inconformidades ou eventos de relevância que demandem destaque no item de conclusão.

MATHEUS BIZINOTTO

Responsável pelo Controle Interno

Portaria nº 078 de 24 de maio de 2024

IPREJUN– SP



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

Ciência da Diretoria:

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR

Diretora-Presidente

ALESSANDRO APARECIDO PAVANI

Diretor do Departamento de Benefícios

ELIZABETH AKIKO ARAKI OLIVEIRA

Diretora do Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças

MARCELO VIZIOLI ROSA

Diretor do Departamento de Administração Financeira



ANEXOS



ANEXO I



PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

MÊS: FEVEREIRO

O Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de Jundiaí, reunido ordinariamente nos dias **13 e 24**, apresenta anexo os relatórios de acompanhamento de rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação de seus recursos.

A carteira de investimentos do IPREJUN reflete as decisões de investimentos e alocações deliberadas no mês de **FEVEREIRO/2026**, que foram devidamente fundamentadas e registradas nas atas de reunião do comitê.

Os relatórios apresentados sobre riscos e correlações dos investimentos indicam, para o mês de FEVEREIRO de 2026, os seguintes resultados: o risco em renda fixa ficou em 0,67%, representando mesmo resultado do mês anterior; a renda variável apresentou um risco de 6,82%, inferior ao do mês anterior; o risco da estratégia "investimentos no exterior" risco de 6,59%, mesmo resultado em relação ao mês anterior; a estratégia de fundos estruturados registrou um risco de 4,30%, resultado superior ao mês anterior; já a estratégia dos fundos imobiliários apresentando um risco de 0,39%, o mesmo número apresentando no mês passado.

Totalizamos a carteira com risco total dos investimentos em 1,80%, mesmo valor do mês anterior e dentro dos limites impostos pela nossa Política de Investimentos em vigor no ano de 2026.

Embora a política de investimentos estabeleça uma alocação objetiva, essa definição nasce de estudos de ALM baseados em premissas retrospectivas. Já a gestão dos ativos ocorre considerando um cenário prospectivo, guiado pelos sinais econômicos atuais, o que pode gerar certas distorções entre a alocação prevista na política e a alocação efetivamente observada na carteira.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Vizioli Rosa, Diretor do Departamento de Administração Financeira**, em 11/03/2026, às 17:03, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 5.349/1999 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015. Nº de Série do Certificado: bf1302266a1aad7d14bc



Documento assinado eletronicamente por **PAULO MAMYAKI PEREIRA, Membro do Comitê de Investimentos do Iprejun**, em 11/03/2026, às 17:07, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 5.349/1999 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR, Diretor Presidente - IPREJUN**, em 11/03/2026, às 17:12, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 5.349/1999 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015. Nº de Série do Certificado: 7a2d30ea8a72afee59d412244104aa6c



Documento assinado eletronicamente por **FABIO ROSASCO, Membro do Comitê de Investimentos do Iprejun**, em 11/03/2026, às 17:26, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 5.349/1999 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Arnaldo Sproesser Filho, Membro do Comitê de Investimentos do Iprejun**, em 11/03/2026, às 19:58, conforme art. 1º, § 7º, da Lei Municipal 5.349/1999 e art. 9º, inciso I do Decreto Municipal 26.136/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.jundiai.sp.gov.br> informando o código verificador **3006448** e o código CRC **C68401D0**.

Av. Doroty Nano Martinasso, 100 - - Bairro Vl. Bandeirantes - CEP 13214-012 - Jundiaí/SP
Tel: - Fax: @fax_unidade@ - <https://iprejun.sp.gov.br/N/>

IPJ.0000036/2025

3006448v2



ANEXO II



MOVIMENTAÇÕES IPREJUN - FEVEREIRO/26						
RECEITAS (REGIME DE CAUSA)	FEVEREIRO	JANEIRO	DEZEMBRO	NOVEMBRO	TOTAL ANO	
CONTRIBUIÇÕES						
COTA SERVIDOR (14,00%)	RS 9.918.906,62	RS 18.902.158,02	RS 10.217.342,55	RS 9.783.723,11	RS 28.821.064,64	
COTA INATIVOS (14,00%)*	RS 2.982.589,15	RS 2.980.674,56	RS 6.031.383,01	RS 3.039.869,76	RS 5.963.263,71	
COTA PENSIONISTAS (14,00%)*	RS 173.283,74	RS 173.283,78	RS 356.715,35	RS 365.524,74	RS 346.567,52	
COTA PATRONAL (14,33%)	RS 9.877.262,64	RS 18.471.561,26	RS 9.823.752,14	RS 9.514.554,12	RS 28.348.823,90	
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (0,33%)	RS 236.501,32	RS 874.640,51	RS 474.903,89	RS 414.584,15	RS 1.111.341,83	
COTA PATRONAL INATIVOS (14,00%)	RS 32.955,09	RS 293,73	RS 87.730,90	RS 29.812,20	RS 33.248,82	
COTA DEFICIT (20,24%)	RS 14.322.529,51	RS 28.089.309,24	RS 15.070.451,00	RS 14.508.933,02	RS 42.411.838,75	
PARCELAMENTOS						
06 e 06/2000 parc - 301/360	RS 1.710.537,36	RS 1.703.891,18	RS 1.700.321,50	RS 1.699.811,56	RS 3.414.420,54	
107/2018 parc - 96/200	RS 1.576.703,57	RS 1.563.855,94	RS 1.551.162,33	RS 1.540.780,89	RS 3.140.555,51	
108/2018 parc - 96/200	RS 632.889,87	RS 627.732,83	RS 622.637,60	RS 618.470,49	RS 1.260.622,70	
536/2020 parc - 60/60	RS -	RS -	RS -	RS 2.337.414,78	RS -	
COMPREV	RS 1.475.778,68	RS 1.992.507,63	RS 3.361.203,72	RS 1.717.211,06	RS 3.467.946,32	
TOTAL RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	RS 42.839.537,66	RS 75.173.569,68	RS 49.237.603,69	RS 45.438.669,88	RS 118.319.507,24	
OUTRAS RECEITAS						
REC. REALI. DE INVESTIMENTOS	RS 27.545.662,82	RS 472.304,39	RS -	RS 28.321.122,48	RS 28.017.967,21	
DIVERSOS	RS 237.693,47	RS 4.447,14	RS 643.949,65	RS 217.925,47	RS 242.140,61	
TOTAL RECEITAS	RS 70.723.293,95	RS 75.656.321,21	RS 49.881.553,34	RS 73.969.117,83	RS 146.579.615,06	
DESPESAS						
BENEFÍCIOS						
APOSENTADORIAS	RS 34.188.468,71	RS 34.107.406,78	RS 51.785.838,25	RS 33.609.055,38	RS 68.295.875,49	
PENSÕES	RS 3.195.834,77	RS 3.195.180,03	RS 3.191.810,05	RS 3.178.725,26	RS 6.391.014,80	
SL. MATERNIL E AUX. DOENÇA	RS -	RS -	RS -	RS -	RS -	
OUTROS	RS -	RS -	RS -	RS -	RS -	
DECISÕES JUDICIAIS	RS -	RS -	RS -	RS 3.405,59	RS -	
COMPREV PAGO	RS 44.359,37	RS -	RS 103.018,48	RS 43.869,31	RS 44.359,37	
TOTAL DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RS 37.428.662,85	RS 37.302.586,81	RS 55.887.566,78	RS 36.835.175,54	RS 74.731.249,68	
IPREJUN						
DESP. PESSOAL E ENCARGOS	RS 393.006,51	RS 280.106,18	RS 757.993,47	RS 440.466,82	RS 673.112,69	
VENC. DESP. PRESTADORES	RS 175.465,87	RS 80.453,03	RS 163.776,40	RS 167.527,16	RS 255.918,90	
OUTRAS DESPESAS						
TOTAL DESPESAS	RS 37.997.335,23	RS 37.663.146,02	RS 56.009.336,65	RS 37.443.169,52	RS 75.660.281,25	
SALDO PREVIDENCIÁRIO	RS 5.466.915,34	RS 38.076.982,87	RS 5.959.881,27	RS 8.550.925,03	RS 43.543.896,21	
SALDO DESPESAS X RECEITAS	RS 32.726.158,62	RS 38.199.175,19	RS 6.127.783,01	RS 36.525.968,31	RS 70.919.333,81	
RENDIMENTO MENSAL EXTRATOS	RS 9.114.402,71	RS 68.285.071,79	RS 22.671.509,94	RS 42.772.054,86	RS 77.399.474,50	
CONTRIBUIÇÃO POR FONTE (COMPETÊNCIA)						
			Dez/19			
Câmara Municipal de Jundiá	RS 447.432,74	RS 437.499,11	RS 863.903,89	RS 446.266,55	RS 884.931,85	
Departamento de Água e Esgoto S/A	RS 543.299,17	RS 581.931,49	RS 1.160.786,56	RS 580.089,61	RS 1.164.930,66	
Escola Superior de Educação Física de Jundiá	RS 170.688,56	RS 174.026,11	RS 315.526,72	RS 166.200,70	RS 344.746,67	
Faculdade de Medicina de Jundiá	RS 896.764,82	RS 900.444,57	RS 1.757.231,87	RS 897.824,50	RS 1.797.209,99	
Fundação Municipal de Ação Social	RS -	RS -	RS 760.791,66	RS 377.173,74	RS -	
Fundação Televisão Educativa de Jundiá	RS 30.454,21	RS 26.041,48	RS 54.991,04	RS 28.750,51	RS 56.495,69	
Prefeitura Municipal de Jundiá	RS 31.820.137,30	RS 31.735.385,10	RS 62.910.600,96	RS 31.656.734,90	RS 63.555.502,40	
Instituto de Previdência (Servidores Ativos)	RS 85.116,01	RS 84.037,53	RS 168.946,94	RS 83.551,78	RS 169.153,54	
Inativos e Pensionistas	RS 3.155.872,89	RS 3.153.958,31	RS 6.388.098,36	RS 3.225.394,50	RS 6.309.831,20	
Servidores Cedidos	RS 35.767,06	RS 32.619,58	RS 63.892,75	RS 33.330,54	RS 68.386,94	
TOTAL	RS 37.225.212,76	RS 37.125.943,58	RS 74.445.770,75	RS 37.493.317,33	RS 74.351.156,34	
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS:						
	QUANTIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE		
APOSENTADORIA	14	29	10	6		
PENSÕES	0	5	1	4		



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**